

# Superior Tribunal de Justiça

## RECLAMAÇÃO Nº 38.761 - MG (2019/0252447-4)

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECLAMANTE** : NICOLINA INOCENTI JORDAO  
**ADVOGADOS** : CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA RIBEIRO - MG088410  
BRUNO HENRIQUE MOREIRA MARQUES - MG135852  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO  
DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : IPREM - INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE  
POUSO ALEGRE  
**ADVOGADOS** : ELIANA MOREIRA - MG060439  
WILLIAM VILELA DE SOUZA - MG064149

### DECISÃO

Cuida-se de reclamação – com pedido de liminar – apresentada por **Nicolina Inocenti Jordão** ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em 22 de janeiro de 2018, com fundamento na Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016, para atacar decisão da Turma Recursal Cível da Comarca de Pouso Alegre/MG, que negou provimento a recurso inominado.

Os autos foram remetidos a esta Corte Superior por acórdão unânime da 1.ª Seção Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, resumido na seguinte ementa:

*RECLAMAÇÃO CONTRA DECISÃO DA TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL. VIOLAÇÃO À AUTORIDADE DE DECISÃO DO STJ. INCOMPETÊNCIA DESTA PRIMEIRA SEÇÃO, NOS TERMOS DE ARESTO PROFERIDO PELO ÓRGÃO ESPECIAL.*

- *O julgamento de reclamação compete, segundo o CPC, ao órgão jurisdicional cuja autoridade se quer garantir.*
- *Segundo decisão do Órgão Especial desta Casa, este Tribunal não pode exercer competência para o fim de julgar reclamação ajuizada contra decisão da Turma Recursal de Juizado Especial, e com a finalidade de garantir autoridade de súmula e recurso repetitivo do STJ.*
- *Inconstitucionalidade da Resolução nº 03/2016 do STJ (cf. Incidente de Inconstitucionalidade n.º 1.0000.16.039708-9/001). Remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça. (fl. 406).*

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

A Resolução STJ/GP n. 3, de 7 de abril de 2016, a teor de sua ementa, *"dispõe sobre a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por turma recursal estadual ou do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça"*.

Prevê o aludido ato administrativo, por seu art. 1.º, o seguinte:

*"Art. 1º Caberá às Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância dos precedentes"*.

Logo, dúvidas não há de que a hipótese que deu origem à presente reclamação é daquelas que atraem a incidência da norma em comento.

Quanto à aventada decisão do Órgão Especial da Corte Mineira, tem-se que não vincula esta Corte Superior.

Em primeiro lugar, porque proferida em controle incidental, tem sua eficácia limitada às partes no processo específico, não se revestindo de natureza *erga omnes*.

Em segundo lugar, sabe-se que o Tribunal das Alterosas, bem recentemente, submeteu a aludida declaração de inconstitucionalidade da Resolução STJ n. 3 ao crivo do Supremo Tribunal Federal, por meio do feito que, na Corte Excelsa, foi tombado como **CC 8.120/MG** e distribuído à relatoria do Min. Luiz Fux. O incidente, porém, não foi sequer conhecido.

Nada obstante, na decisão publicada no DJe de 9/9/2019, o Ministro Fux bem delimitou o posicionamento daquele alto sodalício:

*"Entretanto, não há que se falar em conflito de competência quando o suposto embate envolve instâncias judiciais entre as quais haja hierarquia jurisdicional. In casu, estando de um lado*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*o Superior Tribunal de Justiça e do outro órgão de um Tribunal de Justiça Estadual, é inviável a instauração de conflito de competência, haja vista a relação hierárquica que jurisdicionalmente existe entre os órgãos.*

*Deveras, esse entendimento é pacificamente afirmado pela jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, aqui exemplificada pelos Conflitos de Competência 7.988, rel. Min. Celso de Mello, DJe de 22/06/2017; e 7.161, rel. Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJ de 26/11/2004...".*

Também nesta Corte Superior se acham muitas outras decisões que, em hipóteses idênticas, reafirmaram a vigência da questionada Resolução STJ/GP 3/2016. Ilustrativamente: **Rcl 33.148/MG**, Ministro Marco Aurélio Belizze, DJe de 7/3/2017; **Rcl 33.293/MG**, Ministro Antônio Carlos Ferreira, DJe de 8/2/2017 e **Rcl 37.170/MT**, Ministro Luis Felipe Salomão, DJe de 1º/02/2018.

Não se mostra viável, nesse contexto, reformar esse entendimento.

**ANTE O EXPOSTO**, retornem os autos à **1.ª Seção Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator